

PARTE I

IDENTIDADE, NAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO

Hoje em dia, escrever romances longos é um contra-senso: a dimensão do tempo foi estilhaçada, não conseguimos viver nem pensar senão em fragmentos de tempo que se afastam, seguindo cada qual sua própria trajetória, e logo desaparecem. A continuidade do tempo só pode ser reencontrada nos romances da época em que o tempo, conquanto parecesse imóvel, ainda não se estilhaçava.

Ítalo Calvino. *Se um viajante numa noite de inverno*

A primeira característica da identidade cultural inicial é que ela é imposta no decorrer da infância, em vez de ser o resultado de uma escolha. Ao vir ao mundo, o filhote de homem está mergulhado na cultura de seu grupo que lhe é anterior.

Tzevtan Todorov. *O medo das bárbaras*

1. Tempos de globalização

“Cipriano Algor ouvia o subchefe dizer-lhe sem pausa e sem para ele virar a cara, Todos os dias às quatro da tarde vai ter de se desembaraçar sozinho ou trazer ajuda, o pessoal daqui não pode ser dispensado mesmo pagando por fora, e perguntava-se se valeria a pena estar aqui a passar por esta vergonha, ser tratado como um inhenho, um coisa-nenhuma, e ainda por cima ter de reconhecer que a razão está do lado deles, que para o Centro não tem importância uns toscos pratos de barro vidrado e uns ridículos bonecos a fingir de enfermeiras, esquimós e assírios de barbas, nenhuma importância, nada, zero, É isto o que somos pra eles, zero”. (SARAMAGO, 2000, p.99)

O trecho pertence ao romance *A caverna*, de José Saramago (2000, p.99).

Cipriano Algor é um oleiro. Fabrica, ele próprio, junto com a filha, louças de barro. O Centro é um grande shopping-cidade, que terceiriza sua produção para Cipriano. Compra dele suas cerâmicas e as revende ao seu amplo público consumidor. Comprava. Diante das novas exigências do mercado, decide não mais comercializar louças manuais. Na sua caseira olaria, Cipriano fabricava pratos de barro; depois, para se adaptar às novas regras, passa aos bonecos de barro. Estes, o

Centro compra – a preço de banana: “basta ver aquilo que o Centro lhe pagou pelas estatuetas, mesmo que apertem o cinto até o último furo, não chegará para mais de dois meses”. Estatuetas resultantes de meses de trabalho feito com as próprias mãos.

Na ficção de Saramago, Cipriano e o Centro são os principais personagens. Cipriano, um trabalhador, produz mercadorias, e o Centro, figura quase-humana, que tem vontade própria, fala e dita regras por meio de seus prepostos, os chefes e subchefes sem nomes que surgem ao longo da trama. Tudo que o oleiro produzia era comprado exclusivamente pelo Centro (exigência comercial), que fazia estoques das louças. Até inventarem as louças de plástico que imitavam as de barro: “imitam-no tão bem que parecem autênticas, com a vantagem de que pesam muito menos e são muito mais baratas” – diz um dos subchefes da recepção (SARAMAGO, 2000, p. 23). Finda, então, a política de estoques, muda a regra do jogo, alterado fica o modo de produção. As louças do oleiro serão adquiridas pelo Centro apenas à medida que forem consumidas, avisa o subchefe. *Se* forem consumidas, pois estão mais para peças de museu, símbolos de nostalgia. Como alternativa, Cipriano, embora com certa resistência, passa a fabricar bonecos de barro.

O leitor percebe que o Centro modificou a sua relação com Cipriano. Antes, ambos firmavam um pacto mediante condições seguras e previsíveis; posteriormente, o Centro – unilateralmente – alterou o modo de produzir e comercializar: a produção passou a ser em série, de acordo com a respectiva demanda e com o uso da tecnologia que dispensa a mão-de-obra manual. O uso da máquina substituindo o trabalho do homem (ou parte dele) passou a ser racional e programado, produzindo peças iguais às autênticas, com menos custo e mais lucro. A relação continuou a ser de alienação do trabalho alheio - mas se metamorfoseou, adquiriu um novo visual.

Várias são as estratégias de leitura que o romance de José Saramago propicia ao leitor, mas, dentre elas, destaco, especificamente, o conflito que permeia a narrativa e movimenta os personagens: o modo de produção em massa e de forma homogênea em contrapartida com a produção baseada em pequenos lotes. E com esse foco inicio a discussão desta tese.

Ressalto, antes de qualquer coisa, que me é irrelevante aqui a análise qualitativa da relação entre o Centro e Cipriano Algor, no sentido de que *antes* era melhor ou pior do que *depois*. Interessa-me, no romance de Saramago, observar o ritual de passagem entre uma situação de aparente estabilidade, rigidez e linearidade para outra, alterada de forma unilateral, imprevisível, flexível e fragmentada (pois dependente da demanda).

Antes, até mesmo as mercadorias com defeito eram adquiridas e guardadas pelo Centro, pois a preocupação residia em garantir a produção massificada com preço fixo e um mínimo de autenticidade; depois, a logística empresarial optou por não guardar peças e rejeitar imediatamente aquelas com defeito. Antes, o lucro era calculado de acordo com o que era pago a Cipriano; depois, o planejamento passou a ser de longo prazo, combinado com a redução de gastos e custos. Antes, a terceirização era massiva, voltada para os recursos; depois, a mesma terceirização passou a ser sofisticada, voltada especificamente para um tipo de demanda:

Escolhemos vinte e cinco pessoas de cada sexo, de profissões e rendimentos médios, pessoas de antecedentes familiares modestos, ainda ligadas a gostos tradicionais, e em cujas casas a rusticidade do produto não fosse destoar demasiado, E mesmo assim, É verdade, senhor Algor, mesmo assim os resultados foram maus, Paciência, senhor, Vinte homens e dez mulheres responderam que não gostavam de bonecos de barro, quatro mulheres disseram que talvez comprassem se fossem maiores, três poderiam comprar se fossem mais pequenos, dos cinco homens que restavam, quatro disseram que já não estavam em idade de brincar e outro protestou pelo fato de três estatuetas representarem estrangeiros, ainda por cima exóticos, e quanto às oito mulheres que ainda falta mencionar, duas declararam-se alérgicas ao barro, quatro tinham más recordações desta espécie de objetos, e só as duas últimas responderam agradecendo muito a possibilidade de decorarem gratuitamente a sua casa com uns bonequitos tão simpáticos, há que se acrescentar que se trata de pessoas idosas que vivem sós... (SARAMAGO, 2000, p. 291)

Antes, ambos, Cipriano Algor e o Centro, vivenciavam um processo de produção baseado em economia de escala; posteriormente, a produção passou ser *just-in-time*. A vida toda, Cipriano desenvolveu o seu trabalho lidando com o todo e com a continuidade, até o Centro passar a lidar com o fragmento, com a descontinuidade, com a cumulação flexível.

Enfim, Cipriano, a “parte totalmente humana” da relação, pode ser lida como utopia, e o Centro pode ser lido como templo de consumo desenfreado, isto é, a própria distopia.

Ainda que visto grosso modo, como aqui, o universo de Saramago nos direciona, de forma quase inevitável, para os tempos atuais de intolerâncias e distopias, e de alteridade e hibridismo. São os paradoxos destes tempos de globalização. Tempos pautados pela interconexão e interatividade progressivas, e por uma leitura que rompe com concepções fixas e historicamente consagradas. As mídias interativas acentuaram essa ruptura, mesclando níveis até então inconciliáveis. O tempo presente passou a ser instantâneo, confundindo passado e futuro. Identidades emergiram, se tornaram visíveis, fragmentando o indivíduo moderno. Concomitantemente o capitalismo pós-fordista¹ do século XXI, mesmo seguindo baseado na exploração do trabalho humano e da mais-valia, articulou novas roupagens e novos paradigmas, patrocinados pelo meio e pela linguagem da robótica, da cibernética - polêmica reforçada pela *queda* (numa analogia à queda do Muro de Berlim) das antigas utopias socialistas.

Temos, assim, delineado o cenário que se convencionou chamar de pós-modernidade² ou contemporaneidade – aquilo “que trabalha com o fragmento, trabalha com a alienação, trabalha com niilismo, com o narcisismo desorientado, e que tem horror à idéia de utopia, e despreza a idéia de projeto”, nas palavras de Affonso Romano de Sant’Anna (2004, p.13).

O espaço virtual criado nas redes informacionais aproxima as pessoas e impõe uma revisão da noção de “presença física”, além de direcionar o nosso olhar para certas visibilidades. Ao mesmo tempo, o auto-exílio – ou seja, a migração *corpórea* – é cada vez mais intensificado, efeito do declínio do ideal utópico, da era da mundialização e do enfraquecimento do Estado-nação. Sem grandes barreiras, de um país para outro, culturas são misturadas, diferenças

¹ Também chamado *capitalismo toyotista* (numa referência ao modo de produção desenvolvido pela indústria japonesa) ou capitalismo de acumulação flexível. David Harvey chega a utilizar a expressão “pós-modernismo flexível” em oposição a “modernismo fordista”. Este novo momento do capitalismo, segundo Harvey (2008, p. 140), se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, da produção, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, e se caracteriza pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, intensificados pela inovação comercial, tecnológica e organizacional.

² Tema e expressão polêmicas. Não pretendo, contudo, aqui, debatê-las a miúdo, até porque toda a controvérsia acerca da denominada “pós-modernidade” (momento tratado com alvissaras por uns, e com menosprezo por outros) permeia e está diluída ao longo da tese. Apenas, para contextualizar, adoto como ponto de partida a definição de Affonso Romano Sant’Anna, sem prejuízo de toda a discussão que se seguirá no curso deste trabalho.

expostas, enquanto se assegura a continuidade do fluxo circular da vida econômica pela contínua busca de trabalho.

Quando, então, pensamos no cenário contemporâneo, um ator social se destaca espontaneamente: o migrante - uma espécie de cigano pós-moderno que transita de um lugar para outro, munido muita vez apenas do seu passaporte e de um bem precioso, o *trabalho*.

Trocando em miúdos, a leitura da cena atual nos remete, inevitavelmente, ao mundo do trabalho, cujos conceitos clássicos foram, porém, fixados na era moderna.

A partir, pois, desse paradoxo, proponho que visualizemos o migrante globalizado como uma espécie de garoto-propaganda do multiculturalismo (a democracia por excelência) e do hibridismo. Essa expectativa tende se confirmar diante da facilidade com que o migrante intelectual se vê incluído no novo lugar que lhe era originalmente estranho. Quiçá por isso mesmo, o mesmo migrante tende, no seu mister, a apregoar com entusiasmo e convicção as virtudes do não-lugar e do desenraizamento. Todavia, a nódoa que macula a cena e confere tons ilusórios à expectativa fica por conta do migrante trabalhador braçal, aquele que, contrariando os anúncios do garoto-propaganda, desconhece as facilidades da inclusão. Para esse estrangeiro o lugar de estranheza permanece estranho. Ele almeja a *transculturação*, tal qual os patricios da academia³, mas, dependendo das circunstâncias, pode cair na mera *aculturação*. Ou pode, simplesmente, não ser *incluído* - rivais que são dos trabalhadores nativos (ainda que em torno de um espúrio subemprego) num cenário ultracompetitivo. Contexto marcado pela incômoda presença de um desemprego estrutural, característica do capitalismo de acumulação flexível, fruto, dentre outros, de um inevitável (e desejado) avanço tecnológico e de um processo de globalização que acirra e estimula a competição entre empresas transnacionais e torna-se, também por isso, excludente.

O imbróglio, todavia, não se resolve pela dicotomia *incluídos* versus *excluídos*, até porque a migração – seja como uma falsa miragem, seja como uma

³ Frise-se: a experiência da inclusão e da transculturação não se limita aos intelectuais migrantes, mas também é comumente partilhada por executivos bem-sucedidos, profissionais valorizados e celebridades midiáticas. Enfim, uma *elite mundializada*, na feliz expressão de Tzvetan Todorov, “composta por prósperos homens de negócios, por *stars* da mídia e do espetáculo, mas também cientistas e escritores de reputação, que passam grande parte do tempo nas salas de espera dos aeroportos, falam com facilidade várias línguas e afirmam que, por toda parte, se sentem em casa” (TODOROV, 2010, p.67).

efetiva luz no fim do túnel - continua a acontecer progressiva e cotidianamente, e não obstante as dificuldades impostas no ringue do mercado de trabalho, há trabalhadores braçais que, por uma circunstância ou outra, vivenciam a plenitude do desenraizamento – fato que, por um lado, desautoriza generalizar ou tipificar os atores sociais envolvidos na nossa análise, mas, por outro lado, confirma a regra, como se exceção fosse.

Em resumo, diante do quadro contemporâneo, um espectador não míope terá o seu olhar naturalmente direcionado para esse migrante globalizado. Pois bem: e como ele está sendo visto pelas narrativas – narrativas escritas - contemporâneas?

A esta altura, é o caso de se perguntar por que “narrativas escritas” quando a atualidade é dominada pelo ambiente virtual, pelo imagético, pela imaginação pré-fabricada. Ou seja, nisto que Ítalo Calvino convencionou chamar “civilização da imagem”, por que priorizar a narrativa escrita?

A dúvida procede, e instiga. Antes, porém, de nos perdermos no bosque da polêmica – até porque trilharíamos por outra tese -, me limito a responder com o próprio Calvino, quando ele chama a atenção para a possibilidade de sobrevivência da “imaginação individual” nesta humanidade progressivamente inundada pelo “dilúvio das imagens pré-fabricada”, ao tratar do tema *Visibilidade*, no seu consagrado *Seis propostas para o próximo milênio*. O segredo está, segundo ele, não apenas na *infinitude* da fantasia do artista, mas também por ser *indefinível e indecível*. Na escrita, o narrador, o escritor e a sua genialidade criativa “realizam operações que envolvem o infinito de sua imaginação ou o infinito da contingência experimentável, ou de ambos, com o infinito das possibilidades lingüísticas da escrita” (CALVINO, 2004, p. 113).

Quando, então, menciono o trabalhador migrante e o mundo do trabalho sendo narrados, contados, na atualidade, não ousa desprezar por completo a informação midiática e jornalística (até porque também trato delas), mas as analiso com cautela, tendo em vista tanto (i) o seu naturalizado efeito espetacular, além de (ii) uma eventual idealização ou banalização da miséria, e, principalmente, considerando (iii) o fato de ela ser *mais governável, menos refratária a uma forma* (a expressão é de Calvino). Em contrapartida, a narrativa escrita, e particularmente a literatura, vai além da imagem pré-fabricada,

organizada e governável que é cotidiana e regularmente entregue aos leitores, usuários, espectadores, receptores. Ela oferece possibilidades. Infinitas possibilidades imaginativas de realidades ou de fantasias. E vai além do *visível*⁴.

Seja como for, todas as “realidades” e as “fantasias” só podem tomar forma através da escrita, na qual exterioridade e interioridade, mundo e ego, experiência e fantasia aparecem compostos pela mesma matéria verbal; as visões polimorfas obtidas através dos olhos e da alma encontram-se contidas nas linhas uniformes de caracteres minúsculos ou maiúsculos, de pontos, vírgulas, de parênteses; páginas inteiras de sinais alinhados, encostados uns aos outros como grãos de areia, representando o espetáculo variegado do mundo numa superfície sempre igual e sempre diversa, como as dunas impelidas pelo vento do deserto. (CALVINO, 2004, p.114)

Com a relação de Cipriano Algor e o Centro, *possibilidades* são abertas para o leitor. Possibilidades imaginativas com fagulhas de realidade colocadas à disposição da sua imaginação, e não reflexos ou espelhos.

É, pois, pela escrita literária que o nosso olhar – acomodado às imagens prontas-e-acabadas e pré-conceituais – pode sair da zona de conforto e ver além do visível organizado e limitado. Daí o meu foco nas narrativas escritas e mais especificamente na literatura (sem abstrair, porém, textos teóricos), lembrando que essa é parte daquela, como bem registra João Cezar de Castro Rocha, professor de literatura comparada da UERJ, fazendo uma analogia com a conhecida afirmação de Sausurre:

Se a Linguística, objeto inicial de suas preocupações, constituía parte de uma ciência mais abrangente, a Semiologia, talvez se possa propor que a literatura, objeto inicial dos estudos literários, constitua parte de um fenômeno mais abrangente, no caso, a narrativa. (...) De imediato, porém, devo esclarecer que essa possibilidade nada tem a ver com uma inesperada nostalgia dos estudos narratológicos em chave estruturalista. Pelo contrário, refiro-me a uma concepção antropológica do ato de narrar, associada à reconstrução histórica da materialidade dos meios de comunicação. Trabalho, portanto, com uma definição muito próxima à proposta de Jack Goody: “Se defende com frequência que contar histórias seja um traço distintivo de todo discurso humano; e a narrativa uma forma expressiva universal, presente seja na experiência biográfica, seja nas vicissitudes da interação social” (Godoy, 2001, p.19). (CASTRO ROCHA, 2003, p.37-38).

Consolidado, então, o nosso alicerce, e ainda instigado pelo questionamento de Calvino (*que futuro está reservado para a imaginação individual na civilização da imagem?*), acrescento um grau de complexidade na narrativa do mundo do trabalho do

⁴ Sublinhemos *visibilidade*, pois ela, como tema, está diluída ao longo da tese.

migrante com outra indagação que se associa à do escritor italiano: *em nossas metrópoles, dominadas pela desconexão, atomização e falta de sentidos, podem existir histórias?*

A pergunta é do pensador Néstor Garcia Canclini, no texto *Narrar o multiculturalismo*, que ao fazê-la parte da premissa que as cidades (onde, aliás, residem os “migrantes globalizados”) não mais apresentam os sintomas característicos da modernidade: um mapa seguro e previsível, além de culturas nacionais garantidoras do enraizamento territorial e enquadradas numa homogeneidade industrial. Ali, o instante e o efêmero eram congelados pela narrativa escrita (e pela fotografia, e pelo cinema) de forma explicativa, linear e coerente. E agora, quando o quadro urbano é multicultural, dispersivo e desnorteado, é possível contar histórias?

Proponho, então, uma releitura do questionamento: nesta civilização da imagem, multicultural e dispersa de sentidos, como é narrado um dos símbolos da pós-modernidade, o migrante, considerando as realidades e fantasias que cercam o seu mundo do trabalho?

A resposta exige, primeiramente, um breve enfoque em torno de três premissas básicas: a) o paradoxo que situa, de um lado, a migração progressiva estimulada pela proposta de um “mundo sem fronteiras”, enquanto, por outro lado, o crescimento do sentimento nacionalista e patriótico; b) a não-ruptura plena entre a modernidade e a modernidade tardia; c) a analogia entre a crise identitária do sujeito e as crises do capitalismo, gerando, ambos, metamorfoses.

Vamos a elas.

2. Tempos paradoxais

Os sociólogos, em regra, concordam que toda identidade é construída. Já no que toca ao próprio conceito de identidade, há divergências. Stuart Hall, no clássico *A identidade cultural na pós-modernidade*, ressalta que ele “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea” (HALL, 2004, p.8). Há quem distinga *identidade* (processo de construção de significados com base em um

atributo cultural, ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados) de *papéis* (ser trabalhador, vizinho, militante político-partidário, sindicalista, jogador de futebol, católico e fumante, tudo ao mesmo tempo) – como faz o sociólogo espanhol Manuel Castells (2008, p.22).⁵ Outros, como o próprio Hall, relacionam a construção da identidade com a formação do sujeito. E será nessa concepção que me deterei - sem adentrar na polêmica sociológica - por seu pressuposto, que coincide com o enfoque que atribuo à questão das narrativas; qual seja, a leitura do mundo social a partir de um sujeito unificado (velhas identidades) gerava a sensação de estabilidade, enquanto o mesmo palco social parece incoerente e sem sentido(s) e sem referência com a fragmentação do sujeito.

Nesse passo, Stuart Hall formula três concepções sobre identidade: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

O primeiro, baseado na concepção de um “indivíduo soberano”, centrado num núcleo interior e dono da sua razão, surgiu entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVII, e representou uma ruptura importante com um passado que creditava todas as suas tradições e estruturas ao divino. Já o sujeito de concepção sociológica estabelecia um diálogo com o “exterior”, fruto da crescente complexidade do mundo moderno. A interação do “eu” com a sociedade dava margem à construção de uma identidade que vinculava o sujeito à estrutural social. E, finalmente, o sujeito pós-moderno, que se posiciona na contramão, composto de várias identidades, diluídas, complexas e não uniformes. Ele “assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”, diz Stuart Hall (2004, p.13). A desconstrução da identidade de classe como fator preponderante teria gerado essa pluralização, afastando a premissa de uma sociedade centrada na luta de classes. Antes coerentes e unificadas, as identidades, hoje, se deslocam, complexas e contraditórias que são.

Nessa linha de raciocínio, a *identidade individual* é relacionada com a *identidade cultural nacional* – e a pós-modernidade ou modernidade tardia - a partir do processo de globalização. “Repensar a alteridade conduz,

⁵ Manuel Castells – registre-se - foi professor na Universidade de Paris e na Universidade da Califórnia do Sul, e é defensor do conceito de “capitalismo informacional”, que posiciona a tecnologia de informação como o paradigma condutor das mudanças sociais que reestruturaram o modo de produção capitalista, a partir de 1980.

necessariamente, ao exame do problema da identidade, assim como traz implícita uma série de associações binárias, ligadas às categorias de razão e instinto, nação e indivíduo, universal e particular, e assim por diante”, preleciona a professora de Teoria da Literatura da UFMG, Eneida Maria de Souza (1991, p.34).

A questão da *identidade nacional* não é pouco complexa, e abrange razões políticas, sociais e econômicas, culturais e psicológicas. O conceito de *nação* lembra, concomitantemente, Estado território, economia política e aspectos culturais de um povo (indivíduos). Em suma, nação é associada à pátria, que porto seguro, soberania, tradição, passado, história, invenção, imaginação.

É conhecida concepção de comunidade imaginada, capitaneada por Benedict Anderson⁶ e que tem seguidores do porte de Homi Bhabha⁷ e do pensador marxista Eric Hobsbawm, partidários da tese de que os movimentos nacionalistas são elementos criadores de uma identidade nacional a ser acolhida pelo Estado-Nação. Nessa mesma linha, mesmo os mitos nacionais – tão caros à identificação de um povo – podem ser inventados. “Precisamos distinguir entre o que vem de baixo e o que é imposto de cima. Em geral, os mitos nacionais não fazem parte da memória histórica ou de uma tradição viva, com exceção daqueles casos nos quais o que se tornou mito nacional era um produto da religião”, ressalta Hobsbawm (2000, p.30). A força destas imagens, mitos e memórias é hercúlea e exerce enorme fascínio e influência sobre um povo, que Hobsbawm atribui, dentre outras, a uma “necessidade do ‘permanente’ e do ‘fundamental’, a qual assume enorme importância psicológica não só para os indivíduos, mas também para as comunidades” (HOBBSAWM, 2000, p. 32)

Ficção ou imaginação, mito ou tradição, o fato é que a “questão nacional” está – ainda – inserida no imaginário coletivo e o sujeito dela não se desencarna

⁶ “Primeira definição: A nação é imaginada como *limitada*, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se encontram outras nações. Nenhuma nação se imagina co-extensiva com a humanidade. Segunda: É imaginada como *soberana*, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. (...) O penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano. Terceira: a nação é imaginada como *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e desigual” (ANDERSON *apud* SANTIAGO, 2004, p.57).

⁷ Leiamos Giovanna Dealtry (2002, p.190-191): “É preciso perceber que, como afirma Homi Bhabha (1997), ‘as origens das nações, assim como das narrativas, perdem-se nos mitos do tempo e apenas na memória seus horizontes se realizam plenamente’. Ou seja, para os escritores contemporâneos ligados ao pensamento pós-colonial, a origem da nação sempre terá elementos de narração, quando não da própria ficcionalização”.

num passe de mágica, quando o contexto aponta para a sua prevalência, notadamente numa relação entre identidades culturais, nas quais nem sempre o diálogo é igualitário – nas quais, muita vez, os interlocutores provêm de *nações* (voltamos a elas) desequilibradas economicamente.

E é nesse ponto que reside o nó paradoxal. Manuel Castells ensina que a era da globalização anunciou as *causa mortis* do nacionalismo: (i) a globalização da economia e internacionalização das instituições políticas, (ii) o universalismo de uma cultura compartilhada, difundida pela mídia eletrônica, e (iii) os ataques acadêmicos contra o conceito de nação, consideradas - como mencionamos - “comunidades imaginadas”. Entretanto, saindo do papel para a prática, essa mesma era da globalização, ao revés, tem se revelado também como a era do ressurgimento do nacionalismo, “manifestado tanto pelo desafio que impõe a Estados-Nação estabelecidos, como pela ampla *(re)construção da identidade com base nacionalidade invariavelmente definida por oposição ao estrangeiro*” [Grifo meu] (CASTELLS, 2008, p. 44).

O retorno do nacionalismo – muita vez travestido de patriotismo e xenofobia – não é uma mera hipótese. É uma constatação. Atos e movimentos de conteúdo nacionalista acontecem cotidianamente, valorizados e estimulados na mídia eletrônica (não por algo “orquestrado”, mas basicamente por interesses econômicos). Valores nacionais e políticas econômicas protecionistas estão na pauta dos governos. A xenofobia, por sua vez, aparece como foco de preconceito e racismo, quase sempre de forma violenta. Noutras vezes, ela brota de maneira sub-reptícia e disfarçada, mas ainda assim carregando a ideologia do preconceito.

Hobsbawm cita como exemplo o futebol, lugar da fusão dialética das relações entre globalização, identidade nacional e xenofobia. Esporte universalmente popular, o futebol se tornou um complexo industrial capitalista de categoria mundial, e tem sido o catalisador de duas formas de identificação grupal: a local (com o clube) e a nacional (com a seleção). A identificação pelo nacional, nesses casos, vai de uma ponta a outra no mundo. Acontece tanto em países sul-africanos e asiáticos, onde a seleção nacional de futebol foi capaz de estabelecer uma identidade nacional independentemente das identidades locais, tribais ou religiosas – fenômeno único -, como se desenrola, também, em países altamente industrializados, como ocorre com o nacionalismo inglês, que foi

revivido com a exibição da bandeira da Inglaterra (independente das da Escócia, do País de Gales e da Irlanda do Norte) nos jogos da seleção inglesa⁸. Não custa, porém, a manifestação se desembocar em comportamento racista, sobretudo nos países imperiais, que “ficam divididos entre o orgulho que sentem pelos superclubes e pelas seleções nacionais (o que inclui seus jogadores estrangeiros e negros) e a crescente importância que competidores provenientes de povos há tanto tempo considerados inferiores alcançam nos seus cenários nacionais. Os periódicos surtos racistas que acometem os estádios de países sem história anterior de racismo – Espanha, Holanda – e a associação do ‘hooliganismo’ com a extrema direita são expressões dessas tensões” (HOBSBAWM, 2007, p.94-95)⁹.

A crer na fala de Hobwbawm, o nosso Nelson Rodrigues terá tido razão quando sentenciou: “A mais sórdida pelada é de uma complexidade shakeaspeariana”.

Sendo ou não sendo tão complexo assim, o exemplo do futebol soa como oportuno, pois, *per se*, ilustra na prática o que gostaríamos com tintas e linhas para teorizar: a presença do nacionalismo-patriótico – logo, de fronteiras demarcatórias - diluído no dia-a-dia de sem fronteiras. Além disso, o exemplo dissipa qualquer dúvida, tão familiar que é para o brasileiro, que, não raro, apregoa a seleção nacional como a “pátria de chuteiras”.

Feito, então, o diagnóstico, não faltam as causas. Manuel Castells questiona até que ponto o nacionalismo é, necessariamente, um fenômeno das elites, e se não será o contrário: uma reação contra as elites mundiais. Para tanto, ele vai de encontro à concepção de “comunidade imaginada”. Aijaz Ahmad – professor e pesquisador indiano - vê com cautela o propagado desprezo a todo e qualquer tipo de nacionalismo. Os nacionalismos, na sua maioria, são o “primo pobre” do racismo, afirma ele, pois detentores de uma lógica que não comunga com a diversidade cultural, a inclusão e a heterogeneidade, mas, ao revés, vai na direção da exclusividade, da purificação ou do majoritarismo. Alerta, contudo,

⁸ Os exemplos são do próprio Eric Hobwbawm (2007, p.94-95)

⁹ Terry Eagleton, outro pensador marxista, também confere relevo ao futebol como lugar do encontro das emoções e das manifestações nacionais: “basta pensar em como seria transformada a *paisagem social e política britânica* se não existisse o futebol para fornecer às pessoas a *tradição*, o ritual, o espetáculo dramático, o senso de existência corporativa, a hierarquia, a lealdade, a agressividade selvagem, o combate gladiatório, o espírito de rivalidade, o panteão de heróis e a apreciação de habilidades estéticas que fazem falta tão grande ao cotidiano capitalista” (EAGLETON *apud* WISNIK, 2008, p.18) [Grifos meus].

que “um desprezo geral por todos os nacionalismos tende a passar por cima da questão do imperialismo. Penso que aqueles que estão lutando contra o imperialismo não podem simplesmente privar-se do seu nacionalismo. Têm de passar por ele, transformar o seu Estado-Nação de maneira tangível e depois chegar do outro lado. (AHMAD, 2002, p.222-224). Na mesma linha de Ahmad, a professora Lúcia Helena, ao cuidar do episódio *11 de setembro*, ressalta que “o desmonte dos estados nacionais tem sido arma eficaz para que a sede do mundo globalizado se reforce como mantenedora de uma das formas mais perniciosas de nacionalismo, surgida no imperialismo do século XIX e que parecia ter chegado ao fim (HELENA, 2004, p.35). E para José Luís Jobim:

Certamente é possível imaginar processo de solidariedade transnacional, mas dentro de uma outra lógica. E, embora em nome da “globalização” se busque satanizar o Estado nacional, não há hoje modo político viável de oferecer garantias de padrões sociais mínimos em nível “globalizado” no que diz respeito à qualidade de vida da população humana, pois não se transferiram atribuições e poderes dos Estados-nação a nenhuma instituição supranacional que ofereça tais garantias ainda que precariamente. Aliás, não há garantias de padrões mínimos nem mesmo para o sentido que se atribui ao termo “globalização”. (JOBIM, 2004, p.46).

Noutras palavras, podemos dizer que “economia globalizada” não equivale a “cultura globalizada”, e muito menos a “política globalizada” – e menos ainda ao desfazimento ou minimização do Estado-nação. Destaco, ainda, a fala do sociólogo americano Craig Calhoun, professor da Universidade de Nova Iorque:

A constituição das nações – não só em dramáticos e revolucionários atos de fundação, mas de formação de identidades políticas e culturas comuns – é uma das características centrais da era moderna. Ela faz parte da organização da lealdade e participação política, da cultura e identidade, de como se ensina história e de como se travam guerras. Ela não apenas molda a ideologia e a identidade política prática, mas também molda a própria ideia de sociedade na qual grande parte da teoria social está enraizada. Se as nações se tornarem obsoletas, isso fará uma enorme diferença. Contudo, por mais perturbada e perturbadora que seja a organização da política por nações, creio não haver muitos indícios de que elas estejam desaparecendo do cenário mundial (CALHOUN, 2008, p.66)

As transcrições supracitadas traçam um tímido panorama do complexo e complicado debate sobre o nacionalismo contemporâneo, e servem para pontuarmos que, independentemente das justificativas, o fato – a esta altura, incontroverso – é que a lógica que preconiza o enfraquecimento do Estado-nação como fonte do apagamento do nacionalismo não tem tido sucesso na prática.

Muito pelo contrário. E para reforçar esse revés, acrescento, ainda, outro aspecto que faz acirrar o patriotismo, não como causa exclusiva, mas como confirmação do paradoxo: o mercado de trabalho como fonte particular do trabalhador nacional em detrimento do trabalhador estrangeiro. Quando esse tema entra em pauta, a xenofobia, segundo Eric Hobsbawm, reflete os cataclismos sociais e a desintegração moral do final do século XX e da época atual. Mais que isso, tal protecionismo ideológico – que, no máximo, destina ao trabalhador migrante o subemprego ou o trabalho ilegal – revela que “a ideologia do capitalismo globalizado dos mercados livres, que se implantou nos principais governos nacionais e instituições internacionais, fracassou redondamente no estabelecimento da livre movimentação internacional da força de trabalho, ao contrário do que ocorreu com o capital e o comércio” (HOBSBAWM, 2007, p.92). Essa combinação, conclui o festejado historiador, “é naturalmente explosiva, em especial em países e regiões étnica, confessional e culturalmente homogêneos e desacostumados a grandes influxos de estrangeiros” (HOBSBAWM, 2007, p.92).

Ao se discutir, então, a migração contemporânea devemos vislumbrar a coexistência simultânea de dois movimentos aparentemente antagônicos, mas que, no fundo, se mesclam: o de desconstrução do mito nacional como elemento central da chamada “crise identitária do sujeito”, e o da sobrevivência dos movimentos nacionais como fonte de expressão não apenas da afirmação da identidade nacional, mas também como exteriorização de patriotismo e/ou preconceito.

3. Novos tempos?

“No filme *Almas em fúria* [1950], de Anthony Mann, o personagem de Barbara Stanwyck fulmina uma garota de cabaré que lhe dizia ser ‘nova na cidade’: - *Você não é nova em lugar nenhum*. Tão antigos e dúbios quanto os hábitos das senhoritas de cabaré são os métodos da finança capitalista. Isso não impede que os espertalhões tentem vendê-los aos crédulos na cidade dos Grandes Negócios como a palavra final de um saber econômico indiscutível”.

A fala acima é do economista Luiz Gonzaga Belluzzo (2004, p. 201) e, com certa ironia, coloca das coisas no seu devido lugar. Ainda que “espertalhões” queiram convencer do contrário, algumas situações são apresentadas como novidades mas mal conseguem esconder o ranço do velho. Basta ter olhos para ver que não são novas em lugar nenhum. Como acontece na leitura da cena contemporânea: é explícito o fato (digo *explícito* porque basta sair às ruas) de que, no cotidiano, as vetustas influências socioeconômicas ainda estão presentes – e de forma marcante - mesmo que dúbias, metamorfoseadas, pinceladas com motivos étnicos, religiosos, nacionalistas ou mesmo sexuais. O migrante trabalhador que o diga. Ele que se movimenta a partir da vivência da separação, tendendo a se encantar, de pronto, com o desenraizamento, experimenta, ao vivo e a cores, a marginalização, a velha marginalização que insiste em macular a novidade apresentada como um entremeio cultural alternativo, estável, homogêneo e integrativo, mesclado.

Então, decisivas influências sociais e econômicas na pós-modernidade? O migrante trabalhador que o diga...

Não poucos teóricos fazem uma leitura da chamada pós-modernidade como se estivéssemos diante de uma nova fase que rompe com a anterior, a modernidade, que estaria irremediavelmente superada, morta. *Economicamente morta* porque a industrialização baseada na hegemonia do setor terciário estaria sendo substituída por uma sociedade informatizada, pós-industrial; *politicamente morta* porque os partidos e o sistema representativo deixaram de fazer sentido num espaço público dominado pela ação dos fragmentos e pela descentralização do poder nas mãos do Estado. Nesta ordem, a modernidade cultural também

estaria sepultada em todas as suas manifestações – na ciência, na filosofia e na arte.

Esta premissa – a ruptura – é que torna possível pensar-se num espaço híbrido e ideal, livre das amarras pretéritas, tanto do ponto de vista político, social e cultural, como econômico. Um espaço sem os resquícios da modernidade, que estariam condenados ao ostracismo e rotulados de “ultrapassados”. Há nesta linha de raciocínio certa repulsa por “influências socioeconômicas”, que estariam condenadas ao passado, mortas e sepultadas.

Há, contudo, quem discorde. Como César Altamira – no livro *Os marxismos do novo século* -, militante da nova esquerda argentina:

A condição pós-moderna, ao modificar as espacialidades e as temporalidades da modernidade, projeta-as em direção à ubiquidade e ao efêmero. Nesse sentido, os valores impulsionados pela pós-modernidade, longe de serem uma aberração ideológica de grande envergadura, são portadores de uma adequada positividade e de uma significação histórica enquanto manifestação e elementos constitutivos da crise da modernidade capitalista avançada. São, pois, uma espécie de pós-moderno no moderno. (ALTAMIRA, 2008, p.49)

Mais que pontuar esta questão, outro intelectual, não tão à esquerda, Sergio Paulo Rouanet, no livro *As razões do Iluminismo*, aprofunda o debate mostrando o que seria o sentimento de aversão aos produtos da modernidade, que, a juízo de alguns, estariam totalmente superados pelo momento *pós* - apresentado, nessa mesma linha, como uma grande novidade que desconstruiu os sentimentos formadores de uma etapa *antes*:

A ciência moderna se baseava em “grandes narrativas”, como o discurso iluminista da emancipação pela revolução ou pelo saber, ao passo que a pós-moderna se legitima pela “paralogia” e pela pragmática da própria atividade científica; a filosofia moderna transfigurava o mundo moderno através de grandes sínteses especulativas, enquanto a pós-moderna se combate inflexivelmente todas as ilusões da modernidade; a estética moderna buscava chocar, subverter, inovar, enquanto a pós-moderna se manifesta pela extinção das fronteiras entre arte popular e erudita, pelo fim da figura do artista genial e da compulsão vanguardista de criar linguagens originais e por uma tendência “historicista”, resultante do esgotamento de todos os paradigmas, que leva o artista a recorrer ao pastiche, à “citação” de obras passadas. (ROUANET, 2004, p.21)

Muito se procura, pois, nas mais diversas áreas, estabelecer um marco divisório, um *antes-e-depois*, que demarcaria o novo momento histórico. Partilho, entretanto, das mesmas dúvidas expostas por Sergio Rouanet, sintetizadas nas seguintes interrogações: até que ponto as “tendências pós-modernas” representam

efetivamente uma ruptura com a modernidade?; ou será, muito pelo contrário, que todas essas “tendências” já estavam, plena ou embrionariamente, germinadas na própria modernidade?

Sou pela segunda opção.

A ciência de hoje, ainda que não recorra tanto às legitimações iluministas do passado, continua sujeita às mesmas regras que no tempo de Galileu Galilei, “por mais que no passado a ciência fosse determinista e hoje se baseie no paradoxo e na teoria dos *fracta*”, acentua Rouanet, para, em seguida, arrematar: “Não há nenhuma pós-modernidade na ciência contemporânea” (ROUANET, 2004, p.23). O crítico aponta, ainda, que não há nada de mais moderno do que a crítica filosófica que se faz à modernidade. Nascida no bojo de uma crise, a modernidade fragmentou a cultura (arte, ciência e moral) e levou ao desmembramento do homem nos papéis contraditórios de ser genérico - de cidadão e de burguês -, tanto que filosofia de Hegel ambicionou refletir sobre essas contradições, e a de Marx almejava aboli-las na prática. “Em sua crítica da modernidade, Foucault e Derrida estão sendo tão modernos quanto Hegel e Marx”, conclui Rouanet (2004, p.24). No plano estético, ele mostra que a forma mais autêntica do imaginário moderno era a citação, que os teóricos de hoje atribuem ao pós-moderno: “Viver a história era citar o passado. Os arquitetos contemporâneos que citam frontões dóricos, os costureiros que citam vestidos *retrô* e os decoradores que citam candelabros de Luís XV não estão sendo pós-modernos: estão sendo fiéis ao que a modernidade tem de mais inalienável” (ROUANET, 2004, p.24).

Prendo-me mais detidamente ao plano econômico – e aqui, definitivamente, pode-se afirmar com toda certeza: não há ruptura. Soa como falso o argumento de que o capitalismo industrial, moderno, é página virada e que a roda da História precisa girar. A lógica do capitalismo consiste no dinamismo da composição orgânica do capital, adaptando-se às novas situações, metamorfoseando-se. Baseado, antes, numa “economia de mercados”, concentrando grande massa de trabalhadores num mesmo lugar, o capital passa por um processo de mundialização da economia estabelecendo dois marcos: trabalho atomizado que substitui homens por máquinas e o conglomerado de grandes empresas, colossais *holdings*, com embalagem desterritorializada e

apátrida, e que, de forma dialética, possui tentáculos que pulverizam tanto o trabalho como o próprio capital. Surgem novas técnicas de gerenciamento da produção e de controle social do trabalho, deixando para trás as relações industriais do paradigma fordista, segundo o jurista Reginaldo Melhado (2006, p.33), que arremata: “Realiza-se, numa só palavra, a ‘japonização’ – ou toyotização – da empresa moderna”.

Nada mais natural, pois, que tenha havido uma redução da mão-de-obra empregada no setor manufatureiro. Porém, longe de representar ruptura, o fato apenas confirma uma das leis mais irrefutáveis do sistema capitalista, a sua capacidade de metamorfosear o modo de produção para a manutenção da lucratividade desenfreada e insaciável:

A economia pós-moderna seria diferente da moderna: esta era industrial, e aquela pós-industrial. Nessa versão, a tese da ruptura é de uma banalidade desoladora. Ela ignora o fato de que não há nenhuma ruptura no modo de produção. Ontem como hoje, continuamos vivendo numa economia capitalista, baseada na apropriação privada do excedente. Além disso, ela confunde o declínio do *setor* industrial com o declínio do *sistema* industrial. A racionalização crescente da produção industrial pela aplicação da tecnologia de ponta, inclusive da informática, tem como efeito evidente reduzir o número de trabalhadores empregados no setor secundário, mas não de debilitar o sistema industrial, pois pertence à lógica desse sistema o contínuo aumento da produtividade, pela constante redução da mão-de-obra assalariada. A informatização da sociedade torna mais eficiente o sistema industrial, em vez de aboli-lo. Se existe um ponto *em que não há ruptura* entre o capitalismo atual e o antigo é exatamente esse: tanto os primeiros teares mecânicos quanto os autômatos industriais de hoje têm como objetivo modificar a composição orgânica do capital através da substituição do capital variável pelo capital constante, da mão-de-obra pela máquina, a fim de aumentar a mais-valia relativa. (ROUANET, 2004, p.259). [Grifos do autor].

A substituição do homem pela máquina – fator que evidencia a existência de um desemprego estrutural – também não representa novidade, vez que essa foi a sua marca característica da Revolução Industrial. Assim como é marca da modernidade o impacto verificado no cotidiano das pessoas ante o aparecimento das máquinas. A maquinização da vida, nos *tempos modernos*, era encarada, concomitantemente, como a catástrofe e a redenção da civilização, uma espécie de Dr. Jekyll e Mr. Hyde, e provocou o mesmo impacto, espanto, deslumbramento e horror que agora se verifica diante da informatização da sociedade. O entusiasmo verificado na “era do automóvel”, ou o pânico que os espectadores tiveram quando, na sessão de cinema, “viram” um trem avançando para atropelá-los, é similar ao entusiasmo verificado, atualmente, com as delícias e os assombros

causados pelo mundo virtual. Tanto um como o outro supervalorizaram e supervalorizam a capacidade da tecnologia de mudar o mundo e de transformar radicalmente a sociedade. Aqui, fico, mais uma vez, com Sergio Paulo Roaunet: “Assim como não foi a máquina a vapor que iniciou o capitalismo, mas um novo tipo de relações sociais, não será o computador de quinta geração que irá acabar com o capitalismo, e sim uma *mudança* nas relações sociais” (ROAUNET, 2004, p.259).

Mudança que, frise-se, não se verificou – até hoje.

Se no plano econômico ruptura não há, menos ainda se verifica no plano do Estado. O primeiro estágio do capital correspondeu a um Estado liberal no sentido clássico, passando, num segundo momento, a um Estado keynesiano chamado “bem-estar social”, para se chegar a um terceiro estágio – neo-ortodoxo, ou pós-moderno, ou neoliberal – que almeja devolver ao setor privado (boa) parte de seus encargos e atribuições. A globalização econômica apenas exportou esta concepção de Estado triunfante em boa parte dos chamados países do Primeiro Mundo, incluindo suas formas de política:

Enquanto a política moderna tinha como palco o Estado e visava a conquista ou a manutenção do poder estatal, a política pós-moderna tem como palco a sociedade civil e visa a conquista de objetivos grupais e segmentares. Os sujeitos da nova política não são mais cidadãos, mas grupos, e seus fins não são mais universais, visando o interesse geral, mas micrológicos. (ROAUNET, 2004, p.237).

De abstração social sem biografia, tipo rousseunista, vê-se o sujeito, agora, de forma pulverizada em seus elementos constitutivos, e, por consequência, a política deixou de ser genérica exercida pelo cidadão, e passou a ser circunscrita às suas particularidades (mulher e judeu, negro e homossexual, etc.) exercida de forma específica por quem está inscrito em certos campos setoriais de dominação (homem/mulher, anti-semita/judeu, branco/negro, homófobo/homossexual, poluidores/ecologistas, etc.). O grande ator político universal deu vez a simples referências para esses grupos urbanos. Também aqui, contudo, não parece haver ruptura com a modernidade; parece haver, muito mais, uma complexidade e um enriquecimento no campo político, com a emergência dos mais diversos movimentos sociais, mas que não se aplica a grande parte do mundo, ainda dominado por tiranias feudais, onde a democracia representativa é um bem demasiadamente frágil e raro. Lugares onde ainda se luta não para ultrapassar a

política tradicional, mas para torná-la possível. São países, inclusive, que ainda não provaram da propalada “economia cibernética sem fronteiras”.

“O aparecimento de novos atores políticos não representa nenhuma ruptura com a modernidade. Pelo contrário, é realização de uma tendência imanente do liberalismo moderno, que com sua doutrina dos direitos humanos abriu um espaço infinitamente fértil para a criação de novos direitos, defendidos por novos protagonistas, segundo novas estratégias”, afirma Sergio Rouanet (2004, p.261), desmistificando com o ilusório sentimento que se criou acerca destes novos atores políticos, como sendo a marca definitiva da fragmentação e da grande novidade do *pós*. Sem esquecermos, ainda, que os novos atores guardam correspondência com os novos consumidores, transeuntes de um enorme *shopping center* planetário, estimulados e sustentados por uma mídia também mundializada ou globalizada que cria, por meio de anúncios publicitários explícitos ou implícitos, alicerces para os novos hábitos de consumo e de mercadorias padronizadas. “Cada ser humano – reduzido ao delicado heterônimo de consumidor – está sob uma bateria de 300 mil mensagens publicitárias a cada ano”¹⁰, conclui-se há mais de dez anos¹¹.

Por tudo até aqui exposto, insisto em destacar a relevância ainda viva do elemento socioeconômico na análise dos conflitos sociais. Embora não mais absoluta, a questão de classe não é matéria descartável, nem questão *somenos*. O sistema capitalista – o grande “vencedor” da guerra fria e que, no final, levou as batatas – é um sistema de classes, composto estruturalmente por classes sociais. Quase didática, então, a conclusão que, por mais fragmentadas que estejam essas classes e os indivíduos que as compõem, o aspecto social e econômico não pode – em hipótese alguma – ficar relegado a um segundo plano.

Então, há que se ter certa cautela com a apologia da fragmentação, na qual tudo é fracionado e diluído, inclusive aspectos culturais, como se não prevalecesse, ali, a lógica do mercado – e, conseqüentemente, dos valores sociais e econômicos.

¹⁰ *Coca-cola lança eurobônus*, jornal *Folha de São Paulo*, 25 de outubro de 1995; apud MELHADO, 2006, p.57.

¹¹ Sobre o tema, oportuna a advertência de Aijaz Ahmad: “Acredito que a lógica do capital é destruir a integridade de todos os valores de uso e impor o valor de troca sobre todas as produções de valor. O que significa então que a lógica cultural do capitalismo é produzir uma cultura uniforme de puro consumo, puro fetichismo da mercadoria”. (2002, p.234)

Não se pode negar a pertinência de algumas críticas dirigidas às omissões de Marx: a ausência, em seus escritos, de análises relativas às questões de gênero, de etnias, e, inclusive, à destruição da natureza. Mas isso não autoriza subscrever ou mesmo a defender aquelas crenças pós-marxistas onde a análise de classe e da exploração, longe de ocupar uma posição significativa, foi substituída de maneira eclética por outras abordagens. Nossa recusa se sustenta em uma razão decisiva: a permanência nas sociedades modernas do capitalismo como organização social dominante. Na verdade, os pós-marxistas erraram o alvo de seus ataques. A maior fonte de *reducionismo* e o nível mais alto de *totalização* no planeta não pertencem ao marxismo, e sim ao mercado mundial. Circunstância que, nos tempos que correm, foi facilitada e tornada realidade graças às redes de computadores, às comunicações via satélite, à modalidade de produção *just in time* e à diversificação mundial da produção, entre outros fenômenos. Encontramos diante de um sistema fundado na imposição da mercantilização universal, processo que inclui de modo particular a compra e a venda do tempo de vida. Sua tendência é a subordinação de toda atividade à lei do valor, lei da troca imposta socialmente e relacionada a uma metanarrativa na qual só o dinheiro tem a palavra. Esse sistema opera efetivamente mediante um processo de reducionismo massivo que percebe e processa o mundo exclusivamente em função de fatores econômicos. (ALTAMIRA, 2008, p.27). [Grifos do autor]

Noves fora uma postura, digamos, defensiva, César Altamira foi feliz em sua colocação, pois, hoje, as pessoas são inseridas no sistema de relações sociais – qualquer delas – a partir de sua capacidade consumidora e da disponibilidade de sua força de trabalho, sendo que a natureza, diz Altamira, só é incluída como fonte provedora de matéria-prima. O sexismo e o racismo, p.ex., possuem lógica mais antiga que o próprio capitalismo, porém, sua difusão social, dias de hoje, acontece de maneira particularmente violenta devido à utilização que delas faz a força do capital, ressalta ainda César Altamira (2008, p.28), trilhando no mesmo sentido de Sérgio Roaunet.

Em síntese, queiramos ou não, a velha máxima que anunciava a exploração do homem por meio da alienação da sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção – fato que em si mesmo dá margem a sociedades injustas e desiguais - persiste. Logo, impossível ignorar as consequências dessas injustiças e dessas desigualdades na formação das diversas identidades, inclusive as emergentes. Até porque o contínuo processo migratório revela a fratura exposta do capitalismo globalizado: o desemprego *estrutural* – algo próprio desse sistema, inerente a ele, estrutural a ele.

Chegamos, então, a um nó górdio: a crise do emprego.

A problemática do desemprego encontra fortes ingredientes – dentre outros - na questão que envolve a crescente migração da periferia para os grandes centros urbanos. Uma realidade que propicia, por exemplo, o surgimento de redes

de tráfico de migrantes clandestinos, formadas na Ásia, na África, na Europa Central e na América Latina – e que atinge, inclusive, brasileiros. Resultado: estrangeiros ilegais vivendo de prostituição, de extorsões, de trabalhos humilhantes, de subempregos ou de empregos degradantes.

Culturas nacionais mais poderosas (economicamente) resistem à presença do imigrante, o estrangeiro – por mais que esse negue a sua origem, por mais que se fale num “mundo sem fronteiras”. Fatores econômicos pesam, nesta hora. O problema do emprego (ou do desemprego) atinge indistintamente países do Primeiro e do Terceiro Mundo, e tem levado a uma disputa ferrenha por espaços, gerando verdadeiros embates entre trabalhadores nativos e imigrantes trabalhadores, a ponto de aqueles pretextarem com razões de ordem racial e religiosa para ver o estrangeiro expulso do país, que, não raro, reage com violência.

São coisas, enfim, que a globalização não resolve. Até por ser excludente e limitada à economia, vez que não compreende a política e nem a cultura. Globalização que acirra a necessidade de os países mais pobres reforçarem a sua identidade nacional. Até como forma de resistência.

Estabelecer esta base teórica é relevante quando o nosso tema é o mundo do migrante trabalho - quase um pleonasma, se pensarmos que o estrangeiro busca outro país para residir e... para trabalhar. O trabalho é o seu bem – *universal*, diga-se – tipo exportação. Logo, falar sobre ele, contar dele – narrá-lo – implica distinguir no momento pós aquilo que é efetivamente novo daquilo que é antigo e dúbio como os hábitos da garota de cabaré citada por Belluzzo.

Encerro a afirmação desta premissa – que sustenta boa parte da tese – alicerçado pela autoridade da palavra de um dos mais festejados pensadores contemporâneos, Fredric Jameson, que subtraí de um livro esclarecer, *Espaço e imagem – Teorias do pós-moderno e outros ensaios*:

[As] duas posições prévias – antimoderno/pró-pós-moderno, e pró-moderno/anti-pós-moderno – se caracterizam por uma aceitação do novo termo, o que é equivalente a um acordo quanto à natureza fundamental de uma ruptura decisiva entre os momentos moderno e pós-moderno, seja como forem avaliados. Permanecem, entretanto, duas possibilidades lógicas finais, ambas dependendo do repúdio de uma concepção de tal ruptura histórica. Assim, implícita ou explicitamente, tais possibilidades colocam em questão a utilidade da própria categoria de pós-modernismo. Quanto às obras associadas a este último, elas serão então assimiladas novamente ao próprio modernismo clássico, de tal modo

que o “pós-moderno” não passe da forma que o autenticamente moderno toma em nossa época, e de uma mera intensificação dialética do velho impulso modernista em direção à inovação. (JAMESON, 2006, p.36)

4. Tempos de crise identitária

Independentemente da existência, ou não, de um marco divisório entre os dois momentos, a modernidade e a modernidade tardia, não há dúvida que o fenômeno da globalização¹² produziu efeitos sobre as identidades nacionais. A sociologia chama de “Tradição” aquelas identidades que tentam manter a pureza anterior; e de “Tradução” aquelas que “aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou ‘puras’” (HALL, 2004, p.87). Sendo assim, a Tradução parece sintetizar a idealização das identidades - compostas por pessoas que foram dispersas para sempre da terra natal, saudosas de seus vínculos que sem a ilusão da volta. Pessoas que formariam uma *cultura híbrida*, com, no mínimo, duas identidades, duas linguagens culturais, negociando e traduzindo entre elas. Enquanto a Tradição propiciava a leitura de que os habitantes de determinado compunham uma cultura homogênea, detentores de identidades coerentes e distintivas. E ter uma identidade implicava ser integrante de uma nação, partilhando seus mitos, símbolos, costumes, língua com os outros integrantes daquele espaço, ao mesmo tempo em que o diferenciava dos demais ocupantes de outros territórios.

A quebra desse paradigma resulta na chamada “crise de identidade”, que, acrescida pelo processo de globalização, abalou os quadros de referência que davam ao sujeito uma aparente estabilidade no mundo social. “A identidade surge, na atual concepção das ciências sociais, não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra. A globalização diminui a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que

¹² “O pensamento de matriz norte-americana prefere o uso do termo *globalização* à *mundialização*. Diversos estudiosos destacam a distinção que, mais que meramente terminológica, seria conceitual e ideológica. Ver, a respeito, CHESNAIS, F. *La mundialização do capital* (Paris, Syros, 1994), trad. bras. de S. F. Foá, atualizada e ampliada pelo autor, *A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã, 1996, p.64. Sem embargo, até mesmo autores de tradição marxista também adotam o termo *globalização*, em diferentes países e idiomas” (MELHADO, 2006, p.30).

sustentavam a ilusão de identidades a-históricas e ensimesmadas”, arremata Nestor Canclini (2005, p.117).

Concomitantemente à crise identitária que transmutou o modo de ler o sujeito, o mundo do capitalismo atravessava mais uma de suas crises, que levou à transmutação no seu modo de produção – quiçá, não por mera coincidência. A base pós-modernista que sustenta a fragmentação da identidade é marcada pela ênfase no efêmero, no fragmentário, no descontínuo e no caótico¹³; enquanto o modo de acumulação flexível (toyotismo) do capital “acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos na vigência do fordismo”, como acentua o antropólogo David Harvey (2008, p.161), nos seu clássico *A condição pós-moderna*, trabalhando com o processo de fragmentação e da terceirização da produção.

Pensarmos numa analogia entre o modo de produção do capital e a construção identitária do sujeito é tão apropriado como “avaliar a nova produção cultural com base na hipótese operacional de uma modificação geral da própria cultura a partir da reestruturação social do capitalismo tardio como um sistema”, segundo proposta de Fredric Jameson (2006, p.40). E nesse passo, chegamos às narrativas pós-modernas que acolhem a fragmentação e a efemeridade de maneira bastante afirmativa, a ponto de autores como Foucault e Lyotard atacarem

explicitamente qualquer noção de que possa haver uma metalinguagem, uma metanarrativa ou uma metateoria mediante as quais todas as coisas possam ser conectadas ou representadas. As verdades eternas e universais, se é que existem, não podem ser especificadas. Condenando as metanarrativas (amplos esquemas interpretativos como produzidos por Marx ou Freud) como “totalizantes”, eles insistem na pluralidade de formações de “poder-discurso” (Foucault) ou de “jogos de linguagem” (Lyotard). Lyotard, com efeito, define o pós-moderno simplesmente como “incredulidade diante das metanarrativas” (HARVEY, 2008, p. 49-50).

Em síntese, segundo Harvey, vivemos, então, acelerações dos tempos de giro na produção, na troca e no consumo, que geram a perda de um sentido do futuro, sendo que a volatilidade e a efemeridade também dificultam a manutenção do

¹³ Sintomas, aliás, que formavam uma parte do próprio conceito baudelariano de modernidade, mas que “o pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular; ele não tenta transcendê-lo, opor-se e sequer definir os elementos ‘eternos e imutáveis’ que poderiam estar contido neles. (...) Isso, contudo, não implica que o pós-modernismo não passe de uma versão do modernismo; verdadeiras revoluções da sensibilidade podem ocorrer quando ideias latentes e dominadas de um período se tornam explícitas e dominantes em outro”, pondera David Harvey (2008, p.49), reforçando a concepção de não-ruptura entre os dois momentos.

sentido de continuidade, e a experiência passada é comprimida em algum presente avassalador, o que configura um quadro de “perda dos sentidos” na cena contemporânea.

Em miúdos, será, pois, nessa rede de relações – modernidade e pós-modernidade, modo de produção do capital e construção identitária, modo de produção cultural e reestruturação do sistema capitalista, narrativas e nação – que vislumbro a hipótese da *literatura* como o ápice da narrativa com função constitutiva da sociedade, ou no dizer de João Cesar de Castro Rocha, “como uma das formas históricas da função narrativa, cujo desenvolvimento necessariamente ocorreu no interior de uma determinada materialidade dos meios de comunicação” (ROCHA, 2003, p.45).

Cipriano Algor se vê surpreendido com a ordem do subchefe da recepção para levar de volta metade da mercadoria que produziu e que estava a entregar no almoxarifado. Quis falar com o chefe do departamento, que não lhe atendeu. Cipriano tinha as mãos a tremer, olhava ao redor, queria pedir ajuda, estava perplexo, “mas só leu desinteresse nas caras dos três condutores que haviam chegado depois dele. Apesar disso, tentou apelar à solidariedade de classe, Vejam esta situação, um homem traz aqui o produto do seu trabalho, cavou o barro, amassou-o, modelou a louça que lhe encomendaram, cozeu-a no forno, e agora dizem que só ficam com metade do que fez e que lhe vão devolver o que está no armazém, quero saber se há justiça neste procedimento” (SARAMAGO, 2000, p.22-23).

A pergunta de Algor fica no ar, sem resposta. O Centro não trabalha com estoque; trabalha com consumo calculado, pesquisa de mercado, e com o descartável. Algor não se conforma com a opção pelas cópias plásticas mais baratas – “o barro sempre é o barro, é autêntico, é natural” – mas se vê vencido pelas contingências. Termina por fechar a olaria e ir estrada afora, migrar para longe do Centro. Não há, ali, lugar para autenticidades – nem para romantismos, nem para nostalgia. Na transição entre os dois momentos, a exploração do trabalho alheio pela alienação continua a mesma, agora, porém, com nova faceta. A relação de subordinação não mudou; mudou o seu modo de ser. Cabe aos envolvidos se adaptarem a ela – ou não (se tiverem escolha). Mudaram os papéis ou as identidades.

Cipriano Algor que o diga. Ele que, no final, sequer sabe se ainda será oleiro. Ele que o diga.

Não se trata, pois, de festejar o momento chamado pós-moderno, nem de demonizá-lo. Fiquemos no meio-termo, entre a inexorabilidade e o juízo crítico do momento atual, pois “o ponto é que estamos inseridos na cultura do pós-moderno de tal forma que é impossível repudiá-lo casualmente, ao mesmo tempo que uma celebração igualmente casual seria complacente e desonesta”, como frisa Fredric Jameson (2006, p. 39).

De olho nesse “meio-termo”, e longe de maniqueísmos, agora devidamente alicerçado, retorno ao ponto de partida: analisar na narrativa escrita contemporânea como está tratado uma das grandes metáforas do capitalismo globalizado vinculado à modernidade tardia, o mundo do trabalho do migrante – e todas as circunstâncias que o cercam. As circunstâncias, as realidades e as fantasias.